

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## AMEAÇA À PRÁTICA DO ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM FORTALEZA (2017-2019)

Ariane Rebouças Araújo<sup>1</sup>  
Fátima Maria Leitão Araújo.<sup>2</sup>  
Universidade Estadual do Ceará  
arianereboucas846@gmail.com  
fatima.leitao@uece.br

### 1. INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva evidenciar práticas do Ensino de História que foram ameaçadas em Fortaleza, na Educação Básica, mediante a formação de grupos como MBL (Movimento Brasil Livre) e ESP (Escola sem Partido), e da ascensão da extrema direita no Brasil entre os anos de 2017-2019. Analisamos, nesta escrita, o relato de experiência de um professor de História do Ensino Médio, da rede particular de ensino, buscando identificar quais posturas foram adotadas por esse educador em seu ofício, refletindo os impactos que essas organizações possam ter causado em sua prática docente.

Nosso recorte temporal se delimita entre os anos de 2017 e 2019, pois constatamos uma intensificação de mobilizações da direita conservadora brasileira e ondas reacionárias, que refletiram diretamente na perseguição e criminalização do ensino de História. Deste modo, nossa reflexão está dividida em dois momentos: primeiro, abordaremos quais ações das agremiações citadas acima, serviram para cercear a liberdade dos educadores em sala, reverberando contra ao que se propõe a disciplina. Posteriormente, analisamos os impactos no cotidiano escolar, que afetaram tanto o conteúdo curricular da disciplina, quanto em relação às práticas docentes dos educadores.

Utilizaremos como fonte principal relatos de memórias, buscando evidenciar as resistências e silenciamentos diante desse contexto de perseguição. Recorreremos ao uso da metodologia da história oral, trazendo narrativas que põem em relevo o cotidiano do ofício escolar. Sabendo que esta é uma fonte intencionalmente produzida, que nos evoca o relato e resíduo de uma ação, trazendo à tona “histórias dentro da história” e ampliando as

---

<sup>1</sup> Mestranda em História e Letras, na linha de Linguagens e Ensino, pela Universidade Estadual do Ceará.

<sup>2</sup> Doutora em Educação-UFC; Pós-doutora em Educação-UFMG, Professora do Curso de História da UECE-Fortaleza-CE e do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras – MHIL.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

possibilidades de interpretação do tempo vivido (ALBERTI, 2005). O critério de escolha do entrevistado se deu por sua atuação e engajamento educacional nas redes sociais e pelo perfil de posturas combativas à extrema direita brasileira.

## **2. Mobilizações da extrema direita e o uso do Ensino de História como objeto de intervenção governamental**

As mudanças educacionais ocorridas na segunda metade do século XX nos apontam para algumas melhorias, como a ampliação do acesso à escola e uma educação voltada para a formação do pensamento crítico e construção da cidadania, mas em que ainda permanecia o elitismo, sendo visível a exclusão e a desigualdade social (FONSECA, 2009). Na contramão dos avanços adquiridos pela Constituição Federal de 1988, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/ 1996), que abriam espaço para um ensino democrático nas instituições escolares, observamos nos primeiros anos do século XXI, organizações e movimentos de extrema direita<sup>3</sup> que passam a distorcer e ameaçar a educação e a profissão docente.

No ano de 2014 vimos a concretização de algumas dessas ameaças à educação brasileira por meio de Projetos de Lei que foram moldados nas bases do movimento Escola Sem Partido (ESP)<sup>4</sup>. O ESP foi fundado em 2004, mas só ganhou repercussão em 2014, quando dois Projetos de Lei passam a tramitar na cidade do Rio de Janeiro. Essas propostas apresentavam características reacionárias, conservadoras, baseadas em princípios cristãos e em valores morais, bem como em discursos anticientificistas, com uma visão distópica das práticas de ensino e da aprendizagem, trazendo concepções que retomavam as ações de vigilância e censura, fazendo alusão à ditadura militar. (ARAÚJO; PINHEIRO; SOUSA, 2018). O Projeto de Lei n 7.180/2014 ganhava destaque em meio à turbulência da política brasileira e a segmentação entre esquerda e direita da população nesse período. Essa ação

---

<sup>3</sup>Referimo-nos à Escola sem Partido e ao Movimento Brasil livre, os quais serão explicados nas linhas abaixo.

<sup>4</sup>No site de organização do movimento estão disponíveis os projetos de lei que se encaminharam ao longo dos anos a partir de 2014, bem como todas as propostas que essa organização traz. Disponível em: <<https://www.escolasempartido.org/>>. Acesso em: 08 nov.2020.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3

pretendia alterar o art. 3º da lei nº 9.394 de 1996 (LDB) que defende e resguarda, sobretudo, um ensino democrático, com base no respeito à liberdade de ensinar e aprender, e ao “pluralismo de ideias” (BRASIL, 1996).

Somando-se a isso, pronunciamentos políticos da extrema direita do país e movimentos como o MBL (Movimento Brasil Livre) <sup>5</sup> em apoio ao MESP (Movimento Escola Sem Partido) causaram um verdadeiro “clima de perseguição” em escolas públicas e particulares da educação básica, promovendo um ambiente de hostilidade entre professores e alunos e trazendo maior isolamento e medo a esses profissionais. (EL PAÍS, 2019). <sup>6</sup> Em um dos vídeos de apresentação do MBL, em seu site oficial, o discurso dos fundadores concebe a esquerda brasileira como “câncer” e como mal que precisa ser combatido, pois este: “[...] se espalhou nas redações de jornais, sindicatos e corporações, na **escola de seus filhos... é lá que o inimigo se encontra [...]**” <sup>7</sup>.

Percebemos com base nesse discurso de apresentação, que o espaço escolar se configura como campo de batalhas, lugar de propagação do “câncer” que representa a esquerda brasileira, portanto, um mal que precisa ser combatido. Nessa tendência, mais projetos entraram em pauta nos anos seguintes, como o PL nº 867/ 2015. No documento redigido o termo “doutrinação política e ideológica” aparece inúmeras vezes, fazendo referência a professores que se aproveitam de sua “audiência cativa” para “doutrinar” os alunos com seus ideais políticos, “usurpando o direito dos pais” a uma educação moral que esteja de acordo com as convicções de suas famílias.

Diante desse contexto, professores passaram a ser perseguidos e denunciados devido aos incentivos realizados por esses movimentos. Instruções de como os alunos poderiam filmar professores para denunciá-los eram postadas em redes sociais.<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup>O Movimento Brasil Livre fundado em 2014 apresenta suas propostas por meio de vídeos relacionados a políticas públicas. Disponível em: <<https://mbl.org.br/>>. Acesso em 09 nov. 2020.

<sup>6</sup> A matéria traz relatos de professores da rede pública e privada de São Paulo que foram perseguidos por suas abordagens em sala pelo ESP e reflete sobre o ambiente de estresse e tensão no espaço escolar.

<sup>7</sup> Em análise do site de fundação do movimento, temos acesso a esse discurso através do vídeo intitulado: “Somos o MBL/ sempre que precisar estaremos lá!”. Disponível em: <<https://mbl.org.br/>>. Acesso: em 09 nov.2020.

<sup>8</sup> Em nota o jornal O Globo expõe a Deputada Ana Caroline Campagnolo (PSL) que publicou em sua rede social no dia 28/10/2018 um incentivo aos alunos da educação básica enviar vídeos/denúncias de seus professores. Pois, estes: “estarão inconformados e revoltados. Muitos deles não conterão sua ira e farão da

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

Presenciamos um momento de perseguição e criminalização do ensino. Em diversas partes do país observamos casos, em que o MESP incentivava a perseguição de professores em nome da “anti-doutrinação”. O ambiente de ensino passou a ser lugar de hostilidade e violência, os professores sentiam medo de serem expostos e sofrerem processos criminais. (NOVA ESCOLA, 2018).<sup>9</sup>

No âmbito do Ensino de História, percebemos que essas ações afetam diretamente tanto as práticas educativas que prezam pelas atuais diretrizes pedagógicas, quanto o próprio direcionamento da disciplina, que traz como um dos seus principais objetivos: “[...] estimular a autonomia de pensamento [...] a percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias e **estimular o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania**” (BNCC, 2018, p. 400).

Esse avanço e marco para o ensino se faz precioso diante de um modelo curricular reduzido durante a Ditadura Civil Militar, sendo pautado pela “formação moral e cívica e o ajustamento dos jovens, futuros professores, aos objetivos e aos interesses do Estado, moldados pela doutrina de segurança nacional e desenvolvimento econômico”(GUIMARÃES, 2016, p. 81).

Pautado por uma educação inclusiva, o ensino de história se configura com propostas que buscam possibilidades para novas formas de educar, como o respeito à liberdade de expressão em todas suas nuances.

Guimarães (2016) nos fala que o marco e avanços para o ensino de História no Brasil, vão desde as Diretrizes Curriculares de Formação de Professores da Educação Básica em 2002, que visavam uma prática de ensino comprometida com os princípios democráticos, até a incorporação obrigatória nos currículos educacionais, os conteúdos sobre a Cultura Afro- Brasileira e Africana.

---

sala de aula um auditório cativo para suas queixas políticas partidárias em virtude da vitória de Bolsonaro”. (O GLOBO, 2018, s/p).

<sup>9</sup>Em nota a matéria faz referência a professores de história e sociologia que tiveram suas vidas afetadas entre os anos de 2016 e 2017 pela exposição de suas aulas em redes sociais. Com trechos descontextualizados expostos, foram afastados de seus cargos sofrendo em um dos casos processos criminais. Dos três casos citados pela matéria todos os professores narram que tiveram receio de abordar certos conteúdos depois da perseguição que sofreram.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

Entretanto, em meio a esses progressos, vimos emergir diante das organizações de extrema direita uma onda de instruções, discursos e representações que distorciam a realidade educacional que fomentavam ataques pessoais aos educadores, promovendo uma verdadeira campanha de “ódio aos professores” (PENNA, 2016).

Nesse contexto que persegue, deslegitima e desvaloriza o educador encontramos raízes de uma “herança de modelo colonial” que impõe, controla e que faz parte do modo estrutural do ensino da educação brasileira:

[...] Os vigentes paradigmas educacionais no Brasil são monoculturais e atendem aos preceitos das classes dominantes e a um colonialismo interno que tende a perpetuar e ampliar as desigualdades e a exclusão social. Educação e dominação são processos contraditórios. As finalidades do processo educativo são a emancipação, libertação e humanização do ser humano. Todavia, ele possui, nas sociedades contemporâneas, neoliberais e de caráter burguês, uma relação indissolúvel com o poder político e, por isso, o cenário privilegiado para a imposição da cultura e ideologia dominantes. No entanto, os cenários educativos são, também, espaços de resistência e insurgência. [...] (LEGRAMANDI; GOMES, 2019, p. 26).

Tal proposição nos faz refletir sobre o Projeto Escola sem Partido e os modelos que impõem uma educação não inclusiva, marcados por uma vertente religiosa exclusivamente cristã e conservadora que demonstra uma estrutura educacional de uma cultura dominante. Os projetos de lei do Escola Sem Partido para educação, comprovam que a ação do poder político sobre as instituições escolares e sobre os professores se perpetua até hoje. Desse modo, um ensino com raízes coloniais, de muitas formas, dificulta uma educação transformadora.

Para além das raízes coloniais, temos as marcas do autoritarismo e de valores morais e cívicos para educação brasileira que tanto defendem essas organizações. De modo mais intenso a censura ao ensino de história pode ser evidenciada, durante a Ditadura Civil Militar (1964-1985). Selva Guimarães (2009, p. 24) nos aponta que:

[...] No período ditatorial, sobretudo após 1968, o ensino de história tem afirmado sua importância como estratégia política do Estado, como instrumento de dominação, porque capaz de manipular dados que são variáveis importantes da correlação de forças e capaz de uma intervenção direta no social por meio do trabalho com a memória coletiva. Nesse sentido, esteve submetido à lógica política do governo. [...]

Percebemos que o ensino de história pode ser usado pelo governo para omitir ações e controlar opiniões, o que representa uma ameaça a formação voltada à consciência crítica

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

e histórica dos educandos, onde esses passam a intervir em sua realidade social. Mesmo com a disciplina de história submetida à lógica política do governo, evidenciamos resistências nas práticas desse ensino. Francisco Felipe de Aguiar (2017) nos fala que em meio ao currículo definido pelo governo Militar, houve “espaços de manobra” e resistência por parte de professores que não seguiam os currículos impostos à disciplina, observando práticas de ensino voltadas ao desenvolvimento crítico e conscientização cidadã aos alunos.

Em um contexto diferente, mas com a herança das bases conservadoras e fundamentalistas da direita, os anos referentes à nossa pesquisa se inserem em um momento de tentativa de imposições e restrições para os professores mesmo não havendo mudanças na Constituição e nas leis que regem e asseguram a educação e o ensino em nosso país. Desse modo, evidenciamos que o ensino ainda se constitui como objeto de intervenção dos governos republicanos no Brasil e as ações da extrema direita ameaçam a profissão docente e o ensino de história no tempo presente (FONTES; ROCHA, 2019). A seguir, apresentamos o relato de experiência do professor de história, que nos concedeu entrevista.

### **3. Ensinar história em meio às coerções: Relatos de um professor da educação básica**

O ensino de história é propulsor de uma formação cidadã, tendo o professor (a) dessa disciplina, responsabilidade quanto a esse compromisso. E quando esse profissional seguindo a esse princípio, passar a ser cerceado, ficando comprometido o direito dele exercer o seu desiderato, em consonância com os objetivos de sua disciplina? Quando há o impedimento de promover a criticidade dos alunos, que caminhos o professor deve seguir para não perder sua essência e não comprometer sua fonte de renda?

Esses questionamentos vêm a partir das análises dos relatos de experiência docente em História entre os anos de 2017 a 2019, período em que pudemos presenciar casos frequentes de educadores que eram denunciados por suas condutas em sala de aula. Grande

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

parte dos professores que foram perseguidos pelos movimentos extremistas como o ESP e MBL, tiveram trechos de suas aulas expostas em redes sociais. Nesse tempo, também, constatamos que houve uma maior circulação de projetos do ESP que tramitaram em âmbito nacional, estadual e municipal no Brasil, reflexo do avanço de posicionamentos hostis e distorcidos da realidade do ensino e do papel dos educadores (MOURA, 2016).

Diante da observação sobre os casos de perseguição ao ensino, principalmente de História, pudemos perceber que essas organizações da extrema direita, sobretudo, pautaram pelo assédio pessoal de educadores, tentando invalidar e desacreditar o saber docente e pondo em questionamento, de modo ostensivo, a ética e profissionalismo dos educadores. Essas ações tiveram repercussão no espaço escolar, no direcionamento e na conduta dos gestores para com os profissionais de ensino. Com esses apontamentos nos questionamos: como os educadores são afetados por inúmeras mobilizações que os desqualificam e criminalizam sua prática de ensino em âmbito privado?

Nossas análises face aos depoimentos orais de professores de História da Educação Básica nos direcionam a dar voz às experiências e perseguição sofridas por esses profissionais e a investigar o que ocorreu no espaço da sala de aula diante desse contexto. Trazemos então, a experiência do professor **Marcelo Rodrigues Silva**<sup>10</sup>, formado em História pela Universidade Estadual do Ceará e atuante em diversas escolas particulares de Fortaleza no Ensino Médio. O educador teve processos judiciais movidos por pais de alunos pela sua conduta em sala de aula nos anos referentes à pesquisa. Na entrevista que nos foi concedida, ele nos revela quando sua prática começa a ser cerceada:

[...] E aí em 2016 começaram as primeiras reclamações oficiais a respeito das minhas aulas, de direção do colégio me chamar e dizer: - “Professor, a gente solicita se o senhor puder que você não toque em determinadas pautas, não toque em determinados assuntos mais delicados, ou quando tocar **que você seja mais raso**, que você não seja tão... prolixo naquele tema”. [...] Aí eu pedi que a direção me explicasse que temas não deveriam ser tão aprofundados. E aí os primeiros que apareciam eram Ditadura Militar, era, por exemplo, quando falava de Governo Lula sempre citava a taxa de crescimento que o Brasil teve. – “**passa por cima disso professor**, deixa pra lá, já vai do Lula direto pro mensalão”. (SILVA, 2021, grifo nosso).<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Pseudônimo criado para preservar a identidade do entrevistado e resguardá-lo de possíveis danos profissionais.

<sup>11</sup> Entrevista realizada em 21 de janeiro de 2021.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

8

Observamos, que em 2016 alguns temas já eram apontados para a não serem comentados. As orientações como “seja mais raso”, “passa por cima disso”, não induzem a um direcionamento de conduta, mas revelam, sobretudo, imposições e restrições do ensino de História, assim como põe em questionamento o que Tardif (2002) denomina como os saberes da prática e experiência profissional. Além disso, é perceptível, pelo discurso acima, a violência simbólica que se configura também como uma forma de violência social presente nas instituições escolares, impondo valores conservadores que influenciam professores e alunos na construção de pensamentos e comportamentos que se adequem a continuidade do que é visto como manutenção da ordem social para as classes dominantes (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 206).

A fala acima induz, ainda, refletirmos sobre a desvalorização da prática docente, que é, segundo Tardif et al (1991), constituída de diversos saberes que intervêm diretamente na atuação cotidiana dos profissionais de ensino, dentre os quais podemos destacar os conhecimentos disciplinares, curriculares, profissionais e da experiência. Nessa perspectiva, os saberes docentes foram questionados, censurados e policiados, não só pelas instituições escolares, mas também por alunos e seus familiares:

E aí em 2018, 2017 ainda na verdade [...]. Num referido colégio em Fortaleza eu **cheguei a receber uma notificação judicial** de uma equipe de advogados... **O pai de um aluno...** que durante uma aula de Segunda Guerra Mundial, um dos tópicos que eu citei foi o Tratado de Latrão, que o Vaticano fez com o nazifacismo. E eu expliquei porque aquele acordo foi feito, porque a Igreja católica estava junto, não era uma ideia ditamente cristã, mas um apoio do território. Mas, **um aluno filmou esse trecho** e jogou em um canal do You Tube, esse vídeo foi replicado milhões de vezes no Twitter... De que um professor de História em Fortaleza no Ceará estava afirmando que a Igreja católica defendia permanentemente o nazifacismo, só esse trecho. [...]E aí eu recebi uma notificação que aquilo afetou a família, os pais dos alunos, a direção se sentiu afetada porque era um colégio católico. E disse: - “Olha, o que você falou vai contra todas as regras da instituição, vai contra todas as normas da instituição, e a gente precisa **que você nunca mais fale disso**. E na verdade, que você volte em sala e peça desculpas pelo assunto.” (SILVA, 2021, grifo nosso).

São visíveis, acima, vários fatores que convergem para o que se pregava o Escola Sem Partido quanto à proibição do que se intitula de “práticas de doutrinação política e ideológica” e dos conteúdos que pudessem entrar em “conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes” (PL 867/ 2015). Mesmo o projeto não sendo aprovado por sua inconstitucionalidade, no cotidiano escolar foi bastante

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

9

comum, em Fortaleza, professores receberem esse tipo de intimidação por meio de notificações judiciais movidos por pais de alunos e respaldados pela escola. Fora isso, observamos a ação dos educandos no ato de filmar e expor seus professores em redes sociais a partir das instruções que eram colocadas nos sites oficiais do Movimento Brasil Livre (MBL).<sup>12</sup>

Os anos de fortalecimento das organizações ligadas à extrema direita no Brasil coincidem, não por acaso, com a maior quantidade de casos e notícias de educadores que tiveram, assim como o professor Fernando, suas aulas divulgadas fora de contexto, sofrendo processos judiciais dessa categoria. Percebemos, pelo seu depoimento, a exposição, descredibilização e coação sofridas por esse educador pelo embate entre os valores morais e religiosos do que a família/escola defendem, mesmo que isso signifique distorcer a realidade, desprezar o conhecimento científico e desvalorizar o profissional de ensino, promovendo conflitos em sala de aula.

As ações do MBL e ESP atingiram principalmente os adolescentes, independentemente de sua condição social<sup>13</sup>, apesar de ter mais força entre os segmentos mais abastados da sociedade brasileira, pois é perceptível que nas escolas de grande porte da rede particular em Fortaleza, as ações de desrespeito e hostilidade com os professores se deram de modo mais efusivo:

[...]Teve vídeo meu que foi bater naquela página “Escola Sem Partido” e... Gente me mandando mensagem sabe...**“Você tem que ser demitido”, “Você tem que ser exterminado”**. E aí começou a ficar organizado [...] E aí acontecia coisas interessantes, teve turmas que eu entrava em sala, e **a turma simplesmente nem olhava na minha cara**. Eu entrava pra dar aula e a turma ficava olhando pra janela, mexendo no telefone, a turma praticamente inteira. Já teve turmas que eu entrava, e a turma simplesmente não me respondia, eu dava bom dia e eles fingiam que eu não estava lá. Aí eu avisava para direção...Olha, eles estão se comportando dessa forma, a gente precisa pelo menos da disciplina, é o mínimo que precisa. Eles não precisam me amar, mas eles precisam pelo menos me respeitar. Mas aí o colégio disse: - **“Professor nós não podemos fazer nada**, é o nosso limite, daqui para frente eles vão começar a querer a sua cabeça a prêmio.

---

<sup>12</sup>Disponível em: <<https://mbl.org.br/>>. Acesso em 09 nov. 2020.

<sup>13</sup>Em 2018, como professora do Ensino Fundamental II, pela prefeitura de Fortaleza foi possível evidenciar, principalmente nas turmas do 9º ano uma maior adesão às ideias propostas pelo candidato a Presidência da República, Jair Bolsonaro. Em meio a essa onda bolsonarista em massa por parte dos jovens que moravam nas comunidades da cidade, é perceptível que as ideias da extrema direita alcançaram todos os seguimentos sociais.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

10

Então, é deixar quieto e termine o seu ano.” (SILVA, 2021, grifo nosso).

O modo de ataque induzido pelas agremiações da direita se reverberou nos educadores e atingiu um espaço onde também se constrói laços afetivos. E são esses laços que muitas vezes propiciam um processo de aprendizagem com êxito. A partir do momento que a confiança entre professor e aluno é quebrada fica, cada vez mais longe, alcançar uma educação efetiva, bem como promover um ambiente saudável para todos. Fora esses agravantes, é possível identificar na fala, a exposição do professor, a hostilidade de seus alunos e a omissão da escola diante dessa situação.

Nesse sentido, é pertinente adentrarmos nas discussões sobre o ensino e os processos que envolveram sua constituição e sustentação e de como ocorre o controle dos processos educativos e dos professores. Antônio Nóvoa (1999), nos diz que com a estatização do ensino: [...]A elaboração de um *conjunto de normas e de valores* é largamente influenciada por crenças e atitudes morais e religiosas [...]. Na transição do século XIX para o XX, o estabelecimento da profissão ganha definições normativas e funcionais, constituindo o trabalho docente como: [...] “conjunto de práticas”, tornando assunto de especialistas [...] (NÓVOA, 1999, p. 16).

É a partir desse momento que ganha dimensão a constituição dos saberes docentes como norteadores de suas práticas de ensino. No entanto, esse avanço para a profissão é atravessado por tensões que se instauram em vários âmbitos sociais:

[...] A afirmação profissional dos professores é um percurso repleto de lutas e de conflitos, de hesitações e de recuos. O campo educativo está ocupado por inúmeros actores (Estado, Igreja, famílias, etc.) que sentem a consolidação do corpo docente como uma ameaça aos seus interesses e projectos. [...] (NÓVOA, 1999, p. 21).

Ao passo que a profissionalização do professor se firma, cresce também a interferência do Estado, Igreja e família. Não é à toa que essa interferência persiste de forma intensa nas propostas do ESP na atualidade, colocando os profissionais de ensino em constante vigilância, confundindo a educação escolar com a recebida pelos pais. Observamos, então, ações que desvalorizam os educadores, e essa característica não vem de agora. A “desprofissionalização do ensino” foi percebida em vários momentos na

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

11

história, a exemplo do Estado Novo: “[...] onde as dimensões ideológicas prevaleceram sobre os critérios profissionais [...]” (NÓVOA, 1999, p.21).

Em vários contextos, o ensino de História, bem como a atuação dos educadores, esteve submetidos à lógica política do governo. Em cada momento as repercussões dessa submissão deixaram marcas, seja durante o Estado Novo, Ditadura Militar ou no atual governo. Entre os anos de 2017 a 2019 pudemos observar a recorrência de restrições a determinados assuntos em sala de aula, fator esse que interferiu diretamente na prática do ensino de História e comprometeu, por sua vez, a aprendizagem de alunos:

Eu cheguei [...] **em uma outra escola a dar Ditadura inteira em cinquenta minutos, porque o colégio exigiu que fosse rápido!** Era o sofrimento uma vez só, era pra falar rápido. E ainda foi assim, aluno se contorcendo enquanto eu falava, aluno se tremendo enquanto eu falava... e com direito a prova na semana seguinte, na hora de fazer a prova alunos responderem riscando o termo Ditadura e colocando “revolução”. E aí respostas do tipo: - “Não vou responder porque isso não existiu!”...Sobre caso de perseguição e tortura: - “Essa pergunta é inválida!”. Ou então: -“Essa pergunta é ideológica, faça uma prova neutra!”. **E a gente ficava muito preocupado, pois o colégio dava o respaldo[...]**(SILVA, 2021, grifo nosso).

Diante do relato, notamos mais uma vez o quanto o cotidiano da sala de aula e a relação entre o professor e os alunos foram afetados diante da censura sobre o tema da Ditadura Civil Militar. Pressionar os educadores quanto ao que e como falar pode ter sido a realidade de vários professores de História durante os anos de maior ascensão da “nova direita” no Brasil. Comprometendo a aprendizagem, a censura que foi posta a esse tema e a outros impediu e prejudicou uma formação que visa buscar a consciência histórica e crítica, onde o educando se vê como agente ativo e transformador do processo histórico. O ensino de História possibilita “[...] a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e a práxis individual e coletiva. [...]” (FONSECA, 2009, p. 89). Lamentavelmente, o que concluímos diante do exposto é que não há intervenção social, não há o incentivo à consciência crítica e histórica, quando temos censura e vigilância aos conteúdos e ao “saber fazer e ser professor”. Presenciamos um momento em que as opiniões e os valores morais e religiosos continuam atravessando e negando o saber científico, desvalorizando cada vez mais o magistério.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

12

## 4. Considerações Finais

Dentro do que foi apresentado para este artigo, podemos concluir ao analisarmos os depoimentos acima, que os educadores estão inseridos em espaços que produzem mecanismo de controle, transmissão e reprodução do que é aceito pelas classes abastadas. Esses sofrem a violência simbólica (BOURDIEU; PASSERON, 1992), seja por parte dos gestores, alunos e familiares. As ações em que evidenciamos essa violência que foi além do campo metafórico, se expandiram em ameaças pessoais, coações da gestão em intimidar os professores, conflitos e embates em sala, exposição das aulas e hostilização do profissional em redes sociais. Os impactos vão além do que podemos mensurar.

Contudo, se faz necessário ressaltar que os educadores estiveram imersos em situações que prejudicaram diretamente sua autonomia e práticas docentes, deixando de abordar determinados conteúdos, reduzindo o tempo de fala dos assuntos, silenciando debates e os seus saberes. Censura e autocensura quanto aos seus métodos e abordagens foi o que vivenciaram, tendo em vista a descredibilização e a perseguição que foi levantada por esses movimentos extremistas que foram apoiados, em grande parte, pelas escolas particulares de grande porte em Fortaleza, quanto pela família dos alunos. Com isso, desconsiderando o professor como [...] uma pessoa, sujeito histórico, profissional, cidadão (GUIMARÃES, 2016, p. 89).

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. M. L. et al. O Projeto Escola sem Partido e o ensino de História no Brasil: Inquietações no tempo presente. **Educação & Formação**. Fortaleza: vol. 3, n. 9, p. 141-158, set./dez, 2018.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei 867/2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido” – Apensado ao PL 7180/2014. Brasília: 23 mar. 2015. Disponível em:

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

13

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1230836&filena me=PL+7180/2014](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1230836&filena me=PL+7180/2014). Acesso em: 02 ago. 2021.

DELGADO, L. A.; FERREIRA, M. M. **História do tempo presente e ensino de História**. Revista História Hoje, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

EL PAÍS. **Campanha “anti-doutrinação” contra professores eleva estresse em sala de aula**. 19 mai. 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165\\_316536.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165_316536.html)>. Acesso em: 09 nov. 2020.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática do ensino de História**. 8º Ed. São Paulo: Papirus, 2009.

FONTES, Edilza; ROCHA, Davison. Escola Sem Partido e o ensino de História no tempo presente. **Revista NUPEM**. Campo Mourão, v. 11, n. 24, p. 94-107, set./dez. 2019.

GLOBO. **Deputada Estadual do PSL eleita por SC incita alunos a filmar e denunciar professores**. 29 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2018/noticia/2018/10/29/deputada-estadual-do-psl-eleita-por-sc-incita-alunos-a-filmar-e-denunciar-professores.ghtml>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

GUIMARÃES, Selva. Ensinar história: formar cidadãos no Brasil democrático. In: GUIMARÃES, Selva (org.). **Ensino de história e cidadania**. Campinas: Papirus, 2016. p. 75-105.

LEGRAMANDI, AB; GOMES, MT. Insurgência e resistência no pensamento freiriano: propostas para uma pedagogia decolonial e uma educação emancipatória. **Revista @mbienteeducação**. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 12, n. 1, p. 24-32 jan/abr 2019.

MOURA, Fernanda Pereira de. **“Escola sem Partido”**: Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História. Dissertação (Mestrado em Ensino de História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016

NOVA ESCOLA. **Depois do esculacho, como fica a vida?** abr. 2018. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/11638/depois-do-esculacho-do-escola-sem-partido-como-fica-a-vida>>. Acesso em: 14 nov.2020.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

14

NÓVOA, Antonio, (org). **Profissão Professor**. 2ª edição. Porto Editora, Porto- Portugal, 1999.

PENNA, Fernando. O ódio aos professores. *In*: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 93-100.

TARDIF, Maurice et al. Os professores face ao saber – esboço de uma problemática do saber docente. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, 1991, nº4, p. 215-233.

\_\_\_\_\_. **Saberes docentes e formação profissional**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.